



# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 03 DE SETEMBRO DE 2013.

"CRIA O PROGRAMA PROFAZ 2013 - Programa de Facilitação de Pagamento de Débitos com o Município. Concede descontos de multa e juros nos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária e não tributária, vencidos até 31 de Dezembro de 2012, inscritos em dívida ativa judicializada ou não, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, nos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2012, inscritos em Dívida Ativa judicializadas, ou não, a conceder descontos de multa e juros, conforme as condições estabelecidas no Artigo 3º desta lei.

**Art. 2º** - A opção pelo regime instituído nesta lei implica renúncia aos benefícios estabelecidos por leis anteriores.

**Art. 3º** - Fica garantido aos contribuintes na forma do Artigo 1º desta Lei, as seguintes condições de pagamento:

I - Optando pelo pagamento à vista, fica autorizado o Poder Executivo a conceder desconto de 100% (cem por cento), dos encargos devidos



# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

relativos a juros e multa.

II – Optando pelo pagamento parcelado, este será em no máximo 48 meses, sem incidência de juros de financiamento sobre as parcelas.

§1º Os débitos já parcelados e em atraso, poderão ser cancelados para pagamento à vista, conforme preconiza a presente legislação mediante solicitação via protocolo.

Art. 4º - O parcelamento do débito deverá ser devidamente protocolizado no setor próprio.

Art. 5º - O valor mínimo de cada parcela é de R\$ 20,00 (vinte reais) para pessoas físicas e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoas jurídicas.

Art. 6º - O parcelamento somente será concedido mediante Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, contendo o valor total da dívida, correção monetária, juros e multa, nos termos da lei vigente e a sua discriminação, exercício por exercício, ou por espécie.

§ 1º - O parcelamento somente será considerado efetivado com o pagamento da 1ª (primeira) parcela.

§ 2º - Não haverá incidência de juros de financiamento sobre as parcelas.

§ 3º - As parcelas serão atualizadas monetariamente, incidindo juros de multa e mora em caso de atraso no pagamento destas.

Art. 7º - O devedor que atrasar o pagamento de 03 (três) parcelas





# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

consecutivas terá seu parcelamento cancelado, restabelecendo-se os valores e as condições anteriores do crédito, compensando-se os pagamento efetuados até a data do cancelamento.

§ 1º - O parcelamento será cancelado automaticamente, independente de aviso prévio ou notificação, sendo que, uma vez cancelado, ensejará prosseguimento da ação de execução fiscal.

§ 2º - A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento ensejará o acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

Art. 8º - Os contribuintes que tiverem débitos judicializados já parcelados, com parcelas em atraso, poderão usufruir dos benefícios desta lei, em relação ao saldo remanescente.

**Parágrafo Único** - A redução prevista nos incisos I e II do Art. 3º se reportará à época da concessão do parcelamento, não cabendo em nenhuma hipótese, devolução de numerário ou crédito a favor do contribuinte.

Art. 9º - O disposto nesta lei não implicará na restituição de quantias anteriormente pagas.

Art. 10 - Após a emissão da guia de pagamento à vista ou do parcelamento dos débitos, o executado deverá efetuar o pagamento das custas processuais ou requerer assistência judiciária gratuita.

§ 1º - Entende-se por custas processuais, as taxas e emolumentos devidos ou recolhidos no curso do processo judicial.



# Prefeitura Municipal de Guanhões

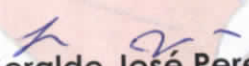
ESTADO DE MINAS GERAIS

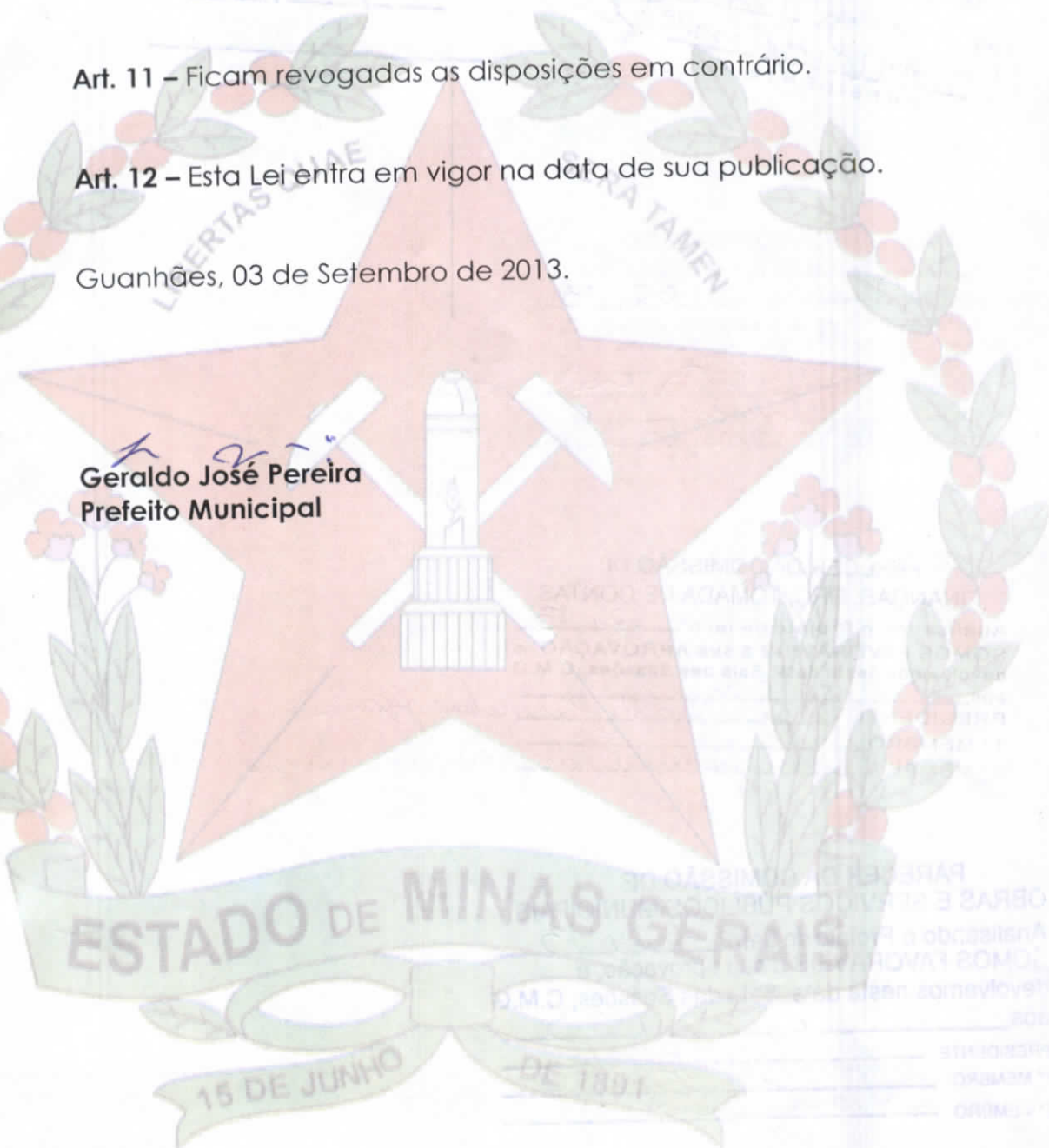
§ 2º – Em caso de condenação de pagamento de honorários, o valor será recolhido em conta especial, a favor dos Procuradores Municipais.

Art. 11 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guanhões, 03 de Setembro de 2013.

  
Geraldo José Pereira  
Prefeito Municipal









# Prefeitura Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

## = JUSTIFICATIVA =

Ilmo. Sr

Dermeval de Pinho Tavares

DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Guanhães - MG

Ref. Projeto de lei CRIA O PROGRAMA PROFAZ 2013 - Programa de Facilitação de Pagamento de Débitos com o Município. Concede descontos de multa e juros nos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária e não tributária, vencidos até 31 de Dezembro de 2012, inscritos em dívida ativa judicializada ou não, e dá outras providências.

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores;

Senhoras Vereadoras.

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei incluso que CRIA O PROGRAMA PROFAZ 2013 - Programa de Facilitação de Pagamento de Débitos com o Município. Concede descontos de multa e juros nos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária e não tributária, vencidos até 31 de Dezembro de 2012, inscritos em dívida ativa judicializada ou não, e dá outras providências.

O projeto que ora se apresenta visa instituir no Município de Guanhães o Compromisso de Ajustamento Municipal que é uma importante e singular ferramenta para solução alternativa de conflitos, criada a partir do entendimento difundido no meio acadêmico de que o controle contratualizado poderá render benefícios superiores ao modelo meramente punitivo.

Trata-se de algo assemelhado ao Termo de Ajustamento de Conduta empregado pelo Ministério Público. Ressalte-se que o instrumento ora proposto é

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhães - MG - CEP 39740-000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: (33) 3421-1515 - E-mail: contato@guanhaes.mg.gov.br

CNPJ: 18.307.439/0001-27



# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

inspirado no Termo de Ajustamento de Gestao criado e adotado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) e pela Prefeitura de Belo Horizonte e Betim.

A proposta do Termo de Ajustamento Municipal tem por finalidade modernizar os mecanismos de controle e adequar o funcionamento da administracao ao modelo de consensualidade, que prevê a desconcentracao de poder, a inclusao e representacao das minorias e que as decisoes sejam negociadas entre varios grupos.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelencia e aos demais Vereadores as expressoes de meu elevado apreço e distinta consideracao.

Atenciosamente,

  
**Geraldo José Pereira**  
Prefeito Municipal

ESTADO DE MINAS GERAIS

15 DE JUNHO DE 1891